

Dossiê dá poucas informações sobre os desaparecidos

Malu Pires

"Intrigante". Este o adjetivo usado ontem pelo advogado Antônio Carlos de Castro para resumir o teor do dossiê enviado pela Secretaria de Segurança à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF, sobre os quatro desaparecidos políticos de Brasília: Honestino Guimarães, Ieda Delgado, Paulo de Tarso Celestino e Walter Ribeiro. "Enquanto a ficha do deputado distrital Carlos Alberto Torres (PPS) tinha 110 apontamentos, os dados destes quatro líderes não enchem três folhas datilografadas", disse Castro.

Na sua opinião, esta é uma situação que "indica, claramente, que houve maquiagem nas informações". "Este é um procedimento comum nas áreas de segurança. Basta ver que a ficha, detalhada, de Carlos Alberto Torres cobriu os anos de 1981 a 1987, quando se acreditava que a espionagem tinha arrefecido. Os quatro desaparecidos atuaram de 1964 a 1973, anos em que a repressão militar era pior. A falta de informações é inexplicável", afirmou o advogado.

De acordo com o dossiê da Secretaria de Segurança, nos seus arquivos "nada consta" sobre Ieda Delgado. Sobre Paulo de Tarso Celestino e Walter Ribeiro existe um registro para cada um e o líder Honestino Guimarães tem sua ficha política contada em nove itens. De Paulo de Tarso há dado de 1971 que afirma que "foi condenado pela auditoria da 11ª Região Militar". A certidão de Walter Ribeiro diz que em 13/07/66 "teve um mandado de prisão expedido pela 2ª Região Militar".

Ficha

O documento de Honestino Guimarães vai de fevereiro de 1967 a 29 de outubro de 1968. Ali há informações de que foi preso em fevereiro de 67 por pichar paredes com frases contra o regime militar, em seis de outubro do mesmo

ano "estimulou colegas a defenderem causas nacionais, mesmo que para isso seja preciso correr sangue". Além disso, realizou, em 12 de março de 1968, levantamento dos calouros da Universidade de Brasília filhos de militares. "Com a finalidade de que empunhassem cartazes ofensivos ao governo".

A ficha de Honestino diz, ainda, que foi o principal responsável pelo seqüestro do agente de polícia Edrovano Guimarães Gutierrez, o que confirma matéria publicada pelo *Jornal de Brasília* no dia cinco de maio, onde o hoje delegado aposentado apresentou sua versão do episódio. O documento afirma também que foi indiciado em dois inquéritos policiais-militares e que em 19 de agosto de 1968, quando detido em uma barreira policial "evadiu-se fazendo disparo de arma de fogo".

A ficha finaliza com dados de três de outubro de 1968, sobre processo de *habeas corpus* que tramitava no Superior Tribunal Militar, e informa que Honestino Guimarães, em 29 de outubro do mesmo ano, "foi posto em liberdade da prisão do Rec. Mec. 11ª Região Militar". De acordo com Antônio Carlos, todos estes dados do dossiê "são falhos e incompletos". A impressão, segundo ele, "que se tem é de que, ou a Polícia Civil e a Polícia Militar eram muito incompetentes no acompanhamento, ou então houve a intenção de mascarar os dados".

Para ele, o "cuidado com as informações foi tanto, que não se observou que elas são descontinuidas. Foi preso quando e solto por quem, o que vem a ser Rec. Mec. 11ª Região Militar? E, o que dizer, por exemplo, do acompanhamento do processo de *habeas corpus* que não tem a sentença final?" questionou. "A intenção política do secretário de Segurança Manoel Brochado e do governador Joaquim Roriz de abrir os arquivos é louvável. Os resultados, no entanto, até agora, são parcos", concluiu.